

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

03
Out
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

ESGOTO

83 ÓRGÃOS PÚBLICOS FORA DA REDE DE ESGOTO

Lista dos imóveis na Grande Vitória foi divulgada pela Cesan



FOTOS: CARLOS ALBERTO SILVA

Escolas Alberto de Almeida e Darcy Vargas, ambas em Santo Antônio, Vitória, estão na lista da Cesan de imóveis que não estão ligados à rede de esgoto

MAÍRA MENDONÇA
NATALIA BOURGUIGNON

Há 83 prédios públicos na Grande Vitória que não estão ligados à rede de esgoto disponível, segundo a Cesan. Desse total, 30 são escolas pertencentes as redes de ensino municipal, cuja maioria está localizada em Vitória. Grande parte das instituições encontra-se nas regiões da Grande São Pedro e da Grande Santo Antônio.

Em Vila Velha, 11 unidades de ensino dispõem do esgoto de forma irregular. Na Serra, são quatro, e em Cariacica, uma.

Os dados são da Cesan, que divulgou ontem a lista

dos locais que não fizeram ligação de esgoto, apesar de terem rede disponível. A publicação das informações é regulamentada pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp).

DEMORA

A divulgação dos dados ocorreu após a decisão da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que entendeu que as informações eram de interesse coletivo e que prevaleciam sobre a privacidade dos usuários. A Cesan já havia negado pedidos de informação, como o da ONG Transparência Capixa-

ba. A própria Prefeitura de Vitória já havia questionado a falta de transparência da empresa, alegando que os dados solicitados não eram repassados, impedindo a solução das pendências.

Para o presidente da ONG, Edmar Camata, o número de órgãos públicos na lista explica o sigilo de tantos anos desses dados. "O sigilo que a Cesan deu durante todas essas décadas deixa claro que, em primeiro lugar, vinha a obrigação ao cidadão, já que os próprios órgãos deixavam de fazer o dever de casa", afirmou.

A lista de prédios públicos que estão irregulares

possui alguns destaques. Em Vitória, o Quiosque 07, em Camburi e a sede dos Correios na Avenida Leitão da Silva estão jogando esgoto no lugar errado, segundo a Cesan.

Na Serra, o prédio da Ouvidoria do município, bem como dois Centros de Referência e Assistência Social (Cras) não estão ligados à rede. Em Cariacica, é a administração quem está dando o mau exemplo: o prédio onde funciona a prefeitura aparece na lista.

OUTRO LADO

As prefeituras de Vitória e da Serra, além do Tribu-

nal de Justiça (TJ-ES) contestam a lista da Cesan. Apesar de o documento informar que a lista de imóveis sem ligação é referente ao dia de ontem, os órgãos afirmam que há locais que já foram ligados e que a relação está desatualizada.

A Arsp liberou no início de agosto a cobrança da tarifa por disponibilidade de rede de esgoto em 21 municípios onde atua a Cesan. Na prática, quem tem rede de esgoto disponível para ligar o imóvel vai pagar uma tarifa, mesmo não destinando corretamente os fluidos. O valor corresponde a 50% da tarifa de esgoto.

DESCASO



"O sigilo durante todas essas décadas deixa claro que, em primeiro lugar, vinha a obrigação ao cidadão"

EDMAR CAMATA
Transparência Capixaba



Denúncia foi feita por reportagem de A GAZETA

Ifes da Serra na lista suja

Entre os imóveis públicos presentes na lista de pendências da Cesan, na Serra, está o Campus do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Localizada em Manguinhos, a instituição de ensino recebe cerca de 1.100 alunos diariamente, produzindo, assim, uma quantidade considerável de esgoto. No entanto, a administração garante que medidas já estão sendo tomadas para que o

problema seja solucionado.

De acordo com o diretor de administração e planejamento do Instituto, Emerson Atilio Birchler, a distância entre a fossa e a rede coletora é muito grande. Por isso, havia dúvidas de como proceder. Mas, na semana passada, uma equipe da Serra Ambiental – empresa que trabalha em parceria com a Cesan no município – esteve no local e se compro-

meteu a elaborar um projeto para a ligação à rede.

"Nós não sabíamos se deveríamos fazer a ligação ou construir uma fossa filtro sumidouro. Mas esta semana uma equipe fará a topografia do terreno. Tendo o projeto, iremos licitar", afirma.

O valor da obra ainda não foi definido. "Vai depender do projeto. Se a ligação será feita por elevatória ou por declividade", diz Emerson.

A DISTRIBUIÇÃO

Município	Escolas	Saúde	Parques/praças	Administração	Assist. social	Justiça	Outros
Vitória	14	5	9	2	2	1	10
Vila Velha	11	5	1	2	1		1
Serra	4	1	2	2	4	1	
Cariacica	1	2	1	1			

Infografia | Marcelo Franco

ESGOTO

PRAIA DE CAMBURI

Para onde vai o esgoto gerado no Quiosque 7?

Problema técnico ainda faz com que o esgoto do local seja escoado em uma fossa

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Uma obra milionária, localizada em um dos pontos turísticos mais conhecidos de Vitória, mas sem ligação à rede de esgoto. Esse é o Quiosque 07 da Praia de Camburi, que integra a lista dos 83 imóveis públicos da Grande Vitória que ainda descartam o esgoto irregularmente, apesar da oferta da rede.

Chamado de K7, é uma das sete unidades reformadas nos últimos anos pela Prefeitura de Vitória. Cada uma delas custou cerca de R\$ 1,2 milhão aos cofres municipais. No entanto, além de abandonado – conforme já noticiado pelo Jornal A GAZETA – um proble-



O conhecido K7 é uma das sete unidades reformadas pela prefeitura

ma técnico ainda faz com que o esgoto do local seja escoado em uma fossa.

“Ele possui algum problema que impossibilitou a ligação. Mas nós já notificamos a Cesan e estamos aguardando”, justificou o subsecretário de Meio Ambiente e Serviços Urba-

nos de Vitória, Ademir Barbosa Filho, que não soube explicar a origem do impedimento da ligação.

Apesar disso, ele pondera: todos os locais que não estão ligados à rede de esgoto possuem fossas. Tecnicamente, elas reduzem muito o problema”.

Apesar disso, para os moradores, a situação é preocupante devido ao contexto de poluição ambiental, que torna a Praia de Camburi menos atrativa. “O quiosque tem que ser ligado imediatamente”, reclama o técnico de materiais Cesar Augusto Cruz Barbosa.

DESAPONTADOS



“É péssimo! Esse imóvel está na praia e é da Prefeitura de Vitória. Deveria ser exemplo, mas não é”

GILMAR SARQUIS
ENGENHEIRO CIVIL, 57



“É um absurdo, pois estamos vivendo uma situação de poluição ambiental”

CESAR AUGUSTO
CRUZ TÉCNICO
DE MATERIAIS, 41

Relação contém até cemitério

▲ O Cemitério de Santo Antônio, em Vitória, aparece listado três vezes na relação de imóveis que não estão ligados à rede publicada pela Cesan. O cemitério foi construído no século XIX e é um dos mais antigos da Capital.

A Prefeitura de Vitória, no entanto, contestou a informação sobre irregularidades. Segundo o município, no local já foram feitas as obras de adequação para a ligação na rede de esgoto.

FERNANDO MADEIRA - 04/08/2015



Área de cemitério não estaria ligada à rede

ESGOTO



O Palácio Municipal, como é chamada a sede da prefeitura, e o Pronto-Atendimento de Alto Lage integram lista da Cesan



FOTOS: CARLOS ALBERTO SILVA

Correios sem ligação em Vitória

Dois endereços pertencentes à sede dos Correios, em Vitória, e um de posse da Marinha, em Vila Velha, também estão na lista de locais que estão fora da rede de esgoto.

Em relação aos Correios, a autarquia federal informa que aguarda a finalização das obras da Avenida Leitão da Silva, onde o prédio está situado, para fazer a ligação. O objetivo é aguardar a definição da altura da rua para decidir sobre a altura da calçada e, assim, não perder o investimento.

Já a Marinha diz que no terreno citado da Praia da Costa, em Vila Velha, há três casas onde moram servidores e o processo de ligação à rede já foi iniciado. Técnicos da Cesan estiveram no local para avaliar o terreno.

"Para interligação da rede local à rede externa será necessário a instalação de tubulações na alameda de acesso ao Farol Santa Luzia por parte da concessionária", informou a Capitania dos Portos do Estado.

PA e sede da Prefeitura de Cariacica estão fora da rede

Pronto-atendimento joga esgoto em fossa, e prédio administrativo ainda não fez ligação

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br
NATALIA BOURGUIGNON
nbourguignon@redgazeta.com.br

Mensalmente, cerca de 20 mil pacientes buscam atendimento no Pronto-Atendimento do Trevo de Alto Lage, em Cariacica. Toda a quantidade de esgoto gerada no local é lançada em uma fossa, já que a unidade ainda não foi ligada à rede de esgoto da Cesan, conforme aponta o relatório divulgado ontem pela companhia de saneamento. Da mesma forma, o prédio que sedia a administração municipal também permanece irregular.

Segundo a Prefeitura de Cariacica, o procedimento não pode ser rea-

lizado, uma vez que o pronto-atendimento está localizado abaixo do nível de onde a rede de esgoto da Cesan está instalada.

"A rede de esgoto não passa em frente ao PA, não sendo possível enviar o esgoto por gravidade até a rede da Cesan", informou a administração.

EXPLICAÇÃO

"A rede de esgoto que atende o palácio da prefeitura foi construída neste ano. Por se tratar de uma rede recente, não houve tempo hábil para realizarmos a devida ligação"

NOTA DA PREFEITURA DE CARIACICA

PALÁCIO MUNICIPAL

Próximo ao PA, o Palácio Municipal, que concentra a estrutura administrativa de Cariacica, também possui a pendência. No entanto, a prefeitura argumenta que lá o problema não é falta de acesso à rede, mas a sua recente implantação.

"A rede de esgoto que atende o Palácio da Prefeitura foi construída este ano. Por se tratar de uma rede recente não houve tempo hábil para realizarmos a devida ligação", justifica a prefeitura, em nota.

Atualmente, 596 servidores trabalham no local. Mas a prefeitura garante que o problema será solucionado em breve. "A prefeitura tem ciência e está se adequando para atender às normas da Cesan."

Esgoto irregular em 13 unidades de saúde

Além das escolas, o número de unidades de saúde na lista de imóveis que não estão ligados à rede de esgoto chama atenção. Ao todo são 13 endereços. Deles, cinco estão em Vitória, outros cinco em Vila Velha, um na Serra e dois em Cariacica.

O maior dos prédios citados é o Pronto-Atendimento do Trevo de Alto Lage, em Cariacica.

Em Vila Velha estão listados Centros de Atendimento Psicossocial e unidades de saúde dos bairros Ulisses Guimarães e Coqueiral de Itaparica.

Por meio de nota, a Prefeitura de Vila Velha infor-

mou que vai fazer um levantamento dos prédios públicos para realizar as obras necessárias.

Já a Prefeitura de Vitória contestou as informações divulgadas pela Cesan. Segundo o município, dos cinco prédios citados, apenas um não possui ligação na rede de esgoto.

Segundo o subsecretário de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Ademir Barbosa Filho, os dados da cobertura da rede de esgoto da Cesan não corresponde aos da prefeitura. "Temos mantido um diálogo com Cesan no sentido de resolver estes problemas", disse.

MARCELO PREST - 20/04/2016



Correios aguardam fim de obras na Leitão da Silva

VITOR JUBINI/ARQUIVO

Órgãos afirmam que lista está desatualizada

Apesar de reconhecerem a falta de rede de esgoto em parte dos endereços citados, a administração de alguns órgãos públicos afirma que a lista divulgada pela Cesan está desatualizada. De acordo com as prefeituras de Vitória e da Serra, bem como o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), alguns imóveis já foram li-

gados à rede e, portanto, estão regulares.

Na Serra, por exemplo, a coordenadora de governo em exercício, Raphaela Moraes, afirma que tanto as escolas Djanira Maria Araújo e Aldary Nunes, quanto o Centro de Toxicómanos são obras recentes e foram entregues com rede de esgoto. Além disso, o Centro Municipal de Edu-

cação Infantil e a Praça de Porto Canoa ainda estão sendo construídos e, por isso, não possuem ligação.

Em Vitória, o subsecretário de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Ademir Barbosa Filho, garante que 22 dos 42 imóveis citados pela Cesan, entre os quais muitas escolas, estão devidamente ligados. Em relação aos demais, ele

explica que o processo não foi regularizado devido a problemas técnicos, que vão desde a falta de oferta de rede até questões de nivelamento da rua.

O TJ-ES também afirma que o prédio da Vara da Infância e Juventude de Vitória, localizada na Vila Rubim, está ligada à rede, conforme foi constatado em vistoria feita pela Se-

cretaria de Engenharia desde maio deste ano.

De acordo com o presidente da Cesan, Pablo Andreão, como os dados do sistema de informação são brutos, é possível que alguns deles estejam desatualizados. Neste caso, os órgãos, assim como os cidadãos, devem procurar a empresa para solicitar a atualização.



Edifício-sede da Prefeitura de Vitória

PA e sede da Prefeitura de Cariacica estão fora da rede de esgoto

Pronto-atendimento joga esgoto em fossa, e prédio administrativo ainda não fez ligação

Mensalmente, cerca de 20 mil pacientes buscam atendimento no Pronto-Atendimento do Trevo de Alto Lage, em Cariacica. Toda a quantidade de esgoto gerada no local é lançada em uma fossa, já que a unidade ainda não foi ligada à rede de esgoto da Cesan, conforme aponta o relatório divulgado ontem pela companhia de saneamento. Da mesma forma, o prédio que sedia a administração municipal também permanece irregular.

Segundo a Prefeitura de Cariacica, o procedimento não pode ser realizado, uma vez que o pronto-atendimento está localizado abaixo do nível de onde a rede de esgoto da Cesan está instalada.

“A rede de esgoto não passa em frente ao PA, não sendo possível enviar o esgoto por gravidade até a rede da Cesan”, informou a administração.

PALÁCIO MUNICIPAL

Próximo ao PA, o Palácio Municipal, que concentra a estrutura administrativa de Cariacica, também possui a pendência. No entanto, a prefeitura argumenta que lá o problema não é falta de acesso à rede, mas a sua recente implantação.

“A rede de esgoto que atende o Palácio da Prefeitura foi construída este ano. Por se tratar de uma rede recente não houve tempo hábil para realizarmos a devida ligação”, justifica a prefeitura, em nota.

Atualmente, 596 servidores trabalham no local. Mas a prefeitura garante que o problema será solucionado em breve. “A prefeitura tem ciência e está se adequando para atender às normas da Cesan.”

Esgoto irregular em 13 unidades de saúde

Além das escolas, o número de unidades de saúde na lista de imóveis que não estão ligados à rede de esgoto chama atenção. Ao todo são 13 endereços. Deles, cinco estão em Vitória, outros cinco em Vila Velha, um na Serra e dois em Cariacica.

O maior dos prédios citados é o Pronto-Atendimento do Trevo de Alto Lage, em Cariacica.

Em Vila Velha estão listados Centros de Atendimento Psicossocial e unidades de saúde dos bairros Ulisses Guimarães e Coqueiral de Itaparica.

Por meio de nota, a Prefeitura de Vila Velha informou que vai fazer um levantamento dos prédios públicos para realizar as obras necessárias.

Já a Prefeitura de Vitória contestou as informações divulgadas pela Cesan. Segundo o município, dos cinco prédios citados, apenas um não possui ligação na rede de esgoto.

Segundo o subsecretário de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Ademir Barbosa Filho, os dados da cobertura da rede de esgoto da Cesan não corresponde aos da prefeitura. “Temos mantido um diálogo com Cesan no sentido de resolver estes problemas”, disse.

Órgãos afirmam que lista está desatualizada

Apesar de reconhecerem a falta de rede de esgoto em parte dos endereços citados, a administração de alguns órgãos públicos afirma que a lista divulgada pela Cesan está desatualizada. De acordo com as prefeituras de Vitória e da Serra, bem como o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), alguns imóveis já

foram ligados à rede e, portanto, estão regulares.

Na Serra, por exemplo, a coordenadora de governo em exercício, Raphaela Moraes, afirma que tanto as escolas Djanira Maria Araújo e Aldary Nunes, quanto o Centro de Toxicomanos são obras recentes e foram entregues com rede de esgoto. Além disso, o Centro Municipal de Educação Infantil e a Praça de Porto Canoa ainda estão sendo construídos e, por isso, não possuem ligação.

Em Vitória, o subsecretário de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Ademir Barbosa Filho, garante que 22 dos 42 imóveis citados pela Cesan, entre os quais muitas escolas, estão devidamente ligados. Em relação aos demais, ele explica que o processo não foi regularizado devido a problemas técnicos, que vão desde a falta de oferta de rede até questões de nivelamento da rua.

O TJ-ES também afirma que o prédio da Vara da Infância e Juventude de Vitória, localizada na Vila Rubim, está ligada à rede, conforme foi constatado em vistoria feita pela Secretaria de Engenharia desde maio deste ano.

De acordo com o presidente da Cesan, Pablo Andreão, como os dados do sistema de informação são brutos, é possível que alguns deles estejam desatualizados. Neste caso, os órgãos, assim como os cidadãos, devem procurar a empresa para solicitar a atualização.

Correios sem ligação em Vitória

Dois endereços pertencentes à sede dos Correios, em Vitória, e um de posse da Marinha, em Vila Velha, também estão na lista de locais que estão fora da rede de esgoto.

Em relação aos Correios, a autarquia federal informa que aguarda a finalização das obras da Avenida Leitão da Silva, onde o prédio está situado, para fazer a ligação. O objetivo é aguardar a definição da altura da rua para decidir sobre a altura da calçada e, assim, não perder o investimento.

Já a Marinha diz que no terreno citado da Praia da Costa, em Vila Velha, há três casas onde moram servidores e o processo de ligação à rede já foi iniciado. Técnicos da Cesan estiveram no local para avaliar o terreno.

“Para interligação da rede local à rede externa será necessário a instalação de tubulações na alameda de acesso ao Farol Santa Luzia por parte da concessionária”, informou a Capitania dos Portos do Estado.

Pedida a redução de pedágio

O pedido foi feito pelo Ministério Público do Estado e rejeitado pela Rodosol. Agora, a Justiça definirá se haverá diminuição

Rafael Gomes

Terminou sem acordo a audiência de conciliação que poderia reduzir o valor do pedágio na Terceira Ponte. Alegando irregularidades, o Ministério Público do Estado (MP-ES) cobra um novo cálculo para o reajuste, o que iria diminuir a cobrança — atualmente em R\$ 1 para carros.

A Rodosol não aceitou e, diante do impasse, o juiz Felipe Monteiro, da 2ª Vara da Fazenda Pública, vai determinar os critérios para o cálculo do novo reajuste.

O Ministério Público entende que o cálculo deve levar em conta o fluxo de veículos na ponte e a arrecadação da empresa Rodosol com o pedágio. Atualmente, esses fatores não são levados em consideração.

A outra opção é de que o cálculo seja feito como prevê o contrato, ou seja, levando em consideração apenas as despesas para a manutenção da ponte. O MP-ES afirma que isso não está sendo cumprido.

Segundo a promotora de Justiça do MP-ES, Sandra Lengruher, os dois reajustes feitos desde 2013

são irregulares, já que estão levando em conta valores de investimento na via e até mesmo uma dívida com a empresa ORL, referente ao pagamento para construção da ponte.

“Além disso, descobrimos que os ganhos com o pedágio não são computados no valor da tarifa. Eles não contam nem o fluxo de veículos. E se for seguir a tarifa de acordo com o contrato, prevendo só a manutenção, o valor do pedágio precisa diminuir”, afirmou.

Já a promotora de Justiça Giselle Mafra lembra que o valor cobrado na ponte também é utilizado para investimento em toda Rodovia do Sol, que já conta com um pedágio em Guarapari, atualmente no valor de R\$ 9 para carros.

“O valor cobrado de quem passa pela Terceira Ponte deve custear apenas aquela via. Estão contrariando o código de defesa do consumidor”, disse a promotora.

O Ministério Público pretende que sejam retirados do cálculo todos esses itens — investimentos, dívida com a ORL e manutenção de outros trechos da Rodovia do Sol fora da Terceira Ponte.

VOTAÇÃO

A votação da suspensão do contrato da Rodosol deve ser realizada até o dia 24 deste mês no Tribunal de Contas do Estado. Em setembro, o relator do processo, Carlos Ranna, votou pela suspensão, mas o conselheiro Sérgio Borges pediu vistas do processo.

Rodosol diz que cálculo da tarifa está correto

Responsável pela administração da Terceira Ponte, a Rodosol afirmou que os itens utilizados no cálculo feito para o aumento da tarifa são necessários.

Segundo o advogado da empresa, Rodrigo Martins, a redução determinada pela Justiça em 2013 — de R\$ 1,90 para R\$ 0,80 para car-

ros — foi acima do normal.

“Houve um erro matemático, e além disso tem outros eventos”, afirmou o advogado.

Por conta dos problemas enfrentados com desapropriações ao longo da Rodovia do Sol e da manutenção da via, a concessionária entende que o reajuste precisa ser feito para aumentar o valor do pedágio.

“O valor será revisto. Terá um acréscimo pequeno, menos do que a Rodosol merece”, disse Martins.

Questionado pela reportagem, o advogado disse achar justo a inclusão na tarifa a dívida com a empresa ORL. “Isso foi esclarecido e será avaliado (pelo juiz). Mas é lógico que tem de entrar (no cálculo)”, reforçou o advogado.

Antônio Júlio Castiglioni, diretor-geral da Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp), que regula o contrato de concessão da Rodosol, disse que não iria se manifestar à imprensa.



TERCEIRA PONTE: concessão

TERCEIRA PONTE

Reunião que pedia redução do pedágio termina sem acordo

A Justiça agora vai definir os critérios a ser utilizados em novo cálculo da tarifa

▲ PATRÍCIA SCALZER
pscalzer@redgazeta.com.br

Continua o impasse entre Ministério Público Estadual (MPES) e a Rodosol sobre o pedágio da Terceira Ponte, estipulado pela Justiça em 2013. A audiência que pedia a redução do valor terminou sem acordo entre as partes na tarde de ontem. Como não houve entendimento, a Justiça solicitou que um novo cálculo da tarifa seja feito pela Agência de Regulação de Serviços Públicos (Arsp). A Justiça vai definir os critérios a serem utilizados neste novo cálculo. Atualmente, o valor da tarifa, que segundo decisão judicial deve ser apenas para manutenção da ponte, é de R\$ 1.

As promotoras Giselle Albernaz de Meira Mafra



FERNANDO MADEIRA

A tarifa cobrada na Terceira Ponte teve seu valor reduzido em 2013, após decisão da Justiça Estadual

Sandra Lengruher acredita que, com o novo cálculo, a tarifa da Terceira Ponte deve ser reduzida. A promotora Giselle explica que quando foi determinada a redução do pedágio, de R\$ 1,90 para R\$ 0,80, em 2013, não foi levado em consideração o número de veículos que

VALOR

R\$ 1

de tarifa

É o valor do pedágio cobrado na Terceira Ponte, por decisão judicial.

utilizam diariamente a ponte para definir os gastos com manutenção. "Na ocasião ele foi calculado em cima de valores de contrato e entendemos que ele deve ser calculado efetivamente com aquilo que a Rodosol gasta, com o custo de manutenção efetivo dela, real, e não pelo

contrato", disse, à Rádio CBN Vitória.

Em contrapartida, o advogado da concessionária, Rodrigo Martins, afirma que em 2013, quando o valor da tarifa foi reduzido, o cálculo acabou prejudicando a Rodosol. Por isso, ele acredita que com a revisão da tarifa, o valor

será reajustado para mais. "Naquele momento, a redução foi demasiada, devido a uma erro matemático. A Rodosol entende que esse cálculo tem que ser reajustado para corrigir um erro matemático e considerar outros eventos posteriores", ponderou.

A promotora Sandra Lengruher explica que, quando a tarifa da Terceira Ponte foi suspensa e começou a vigorar a tarifa de manutenção, a redução do valor foi calculado em cima de cláusulas do contrato e não dos custos e ganhos reais.

Ela defende que o novo cálculo deve ser em cima dos veículos que trafegam na via, que são os gastos efetivos de manutenção. De acordo com o MPES, não há prazo para que o juiz Felipe Monteiro Morgado Horta, da Segunda Vara da Fazenda Pública, defina os critérios para que a Arsp recalcule o valor de manutenção do pedágio.

Termina sem acordo audiência de redução de pedágio

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/10/1507036923753356474.html>

Discussão sobre redução do pedágio da Terceira Ponte termina sem acordo; MPES faz novo pedido

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, é quem pleiteia a redução da tarifa cobrada

A audiência de conciliação no processo judicial que trata do valor do pedágio da Terceira Ponte terminou sem acordo nesta segunda-feira (2). O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, é quem pleiteia a redução da tarifa cobrada.

Participaram da audiência representantes da Concessionária Rodovia Sol S/A (Rodosol), da Procuradoria Geral do Estado e da Agência de Regulação do Serviço Público (ARSP).

Não houve um acordo formal na reunião, mas o MPES entende que a audiência foi bastante produtiva, porque todos os participantes puderam relatar os pontos de vista diante da questão. Para o Ministério Público, o primeiro ponto a ser sanado é a forma de se calcular o pedágio (tarifa de manutenção), que deve ser feita com base no mundo real, ou seja, utilizando-se critérios como a arrecadação do pedágio, diante do fluxo de carros, por exemplo. O MPES defende que, para que se cumpra a liminar de 2013, a tarifa de R\$ 0,80, fixada à época, deva ser recalculada com base naquilo que a Rodosol efetivamente gasta diante do que, de fato, arrecada.

“A Justiça vai definir qual o critério que será utilizado para o cálculo da tarifa de manutenção”, disse a promotora de Justiça Giselle de Albernaz. “O Ministério Público entende que a liminar que determinou a redução não está sendo cumprida integralmente, pois não levou em conta a manutenção efetiva. Não se faz a conta da arrecadação e dos gastos”, explicou a promotora de Justiça Sandra Lengruber da Silva.

“Vamos aguardar como o juiz vai definir essa primeira etapa. A partir daí, o MPES vai analisar se concorda ou não”, arrematou Giselle de Albernaz. As promotoras de Justiça lembraram que, mesmo com a diminuição da tarifa do pedágio, o lucro líquido da Rodosol tem aumentado todos os anos.

Caso a Justiça decida que se deva seguir o modelo de referência atual, usando por base apenas as rubricas constantes do contrato, o MPES entende que os valores referentes aos investimentos do contrato de concessão e à dívida com a empresa ORL, referente ao pagamento da despesa para construção da ponte, devem ser retirados do cálculo, por não se referirem especificamente à manutenção da Terceira Ponte, que serve hoje de base de cálculo para a tarifa.

Além disso, o MPES disse que os custos de administração, operação e conservação para todo o Sistema Rodovia do Sol estão sendo indevidamente considerados nesse cálculo de manutenção do trecho exclusivo da ponte.

“Vamos aguardar agora pela decisão da Justiça. Em um segundo momento, haverá a sinalização da ARSP do cálculo do valor da tarifa que, acreditamos, será reduzida”, finalizou Sandra Lengruber.

Termina sem acordo audiência que pedia redução do pedágio

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

[http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/10/termina-sem-acordo-audien-
cia-que-pedia-reducao-do-pedagio-1014102135.html](http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/10/termina-sem-acordo-audien-
cia-que-pedia-reducao-do-pedagio-1014102135.html)

MP-ES não consegue acordo sobre redução de valor do pedágio da Terceira Ponte

Agora, a Justiça determinou que um novo cálculo seja feito pela Agência de Regulação do Serviço Público (ARSP).

O Ministério Público do Espírito Sando (MP-ES) não conseguiu acordo sobre a redução do valor do pedágio da Terceira Ponte. Uma audiência de conciliação aconteceu nesta segunda-feira (2), mas não houve negociação. Agora, a Justiça determinou que um novo cálculo seja feito pela Agência de Regulação do Serviço Público (ARSP).

Para o MP-ES, o primeiro ponto a ser resolvido é a forma de calcular o pedágio, que deve ser feita com base no mundo real, ou seja, usando critérios como a arrecadação do pedágio, diante do fluxo de carros, por exemplo.

O órgão defende que, para que se cumpra a liminar de 2013, a tarifa de R\$ 0,80, fixada à época, deva ser recalculada com base naquilo que a Rodosol efetivamente gasta diante do que, de fato, arrecada.

Caso a Justiça decida que deva ser seguido o modelo de referência atual, o MP-ES entende que os valores referentes aos investimentos do contrato de concessão e à dívida com a empresa ORL, referente ao pagamento da despesa para construção da ponte, devem ser retirados do cálculo, por não se referirem especificamente à manutenção da Terceira Ponte.

Além disso, o órgão deixou claro que os custos de administração, operação e conservação para todo o Sistema Rodovia do Sol estão sendo indevidamente considerados neste cálculo de manutenção do trecho exclusivo da ponte.

CRIME NO HUCAM

VÍDEO COM DISPAROS FOI ENVIADO PARA MÉDICA

Hilário mandou imagens para ex-mulher 18 dias antes do crime



RAQUEL LOPES
rflopes@redgazeta.com.br

Dezoito dias antes do seu assassinato, a médica Milena Gottardi, 38, recebeu um vídeo do seu ex-marido, o policial civil Hilário Frasson, 44. Nas imagens, enviadas pelo WhatsApp, ele realiza diversos disparos de arma de fogo. O mesmo vídeo foi encaminhado ainda para uma vizinha do prédio onde o casal residiu e para uma prima da médica.

Na avaliação de uma prima de Milena que prestou depoimento à Polícia Civil, tratava-se de "uma clara ameaça de morte". Ela relatou que, dias antes do crime, Hilário passou a ostentar a arma de fogo, mesmo em horários de folga. Até na escola ele a deixava visível.

INQUÉRITO

O relato está anexado ao inquérito de 321 páginas que A GAZETA teve acesso. A médica foi baleada na cabeça no dia 14 de setembro no estacionamento do Hospital das Clínicas (Hucam). O crime, segundo a polícia, envolveu seis pessoas: dois mandantes, o executor, dois intermediários e a pessoa



Hilário Frasson foi apontado pela Polícia Civil como um dos mandantes do assassinato de sua ex-mulher, a médica Milena Gottardi



FERNANDO MADEIRA - 21/09/2017 E ACERVO PESSOAL

que teria negociado a moto. A investigação aponta ainda que foi uma execução premeditada e encomendada pelo ex-marido e pelo sogro, Esperidião Carlos Frasson.

Em outro vídeo, enviado pelo policial a amigos, no dia 6 de maio, ele aparece sozinho ao volante de um carro. Depois circula com a câmera pelo veículo mostrando uma cadeirinha de bebê vazia, uma arma no banco do carona e, em seguida, a aliança na mão.

Outros depoimentos de amigos de Milena constantes no inquérito rela-

tam uma separação conturbada do casal, não aceita por Hilário, a ponto dele monitorar, perseguir e ameaçar a médica.

Milena confidenciou que sentia-se refém dentro da própria casa e que ele ameaçava matá-la ou cometer suicídio. Passou até a falar sobre a separação com pessoas próximas da médica. "Ele disse que estava inconformado com a separação e iria encontrá-la, onde estivesse. Era obsessivo e a separação aumentou essa obsessão", afirma um parente, em depoimento.

AMEAÇA

"Ele disse que estava inconformado com a separação e que iria encontrá-la onde estivesse. Era obsessivo, e a separação aumentou essa obsessão"

X.
Depoimento à polícia de parente de Milena

Ela também se sentia perseguida e desconfiava que Hilário teria instalado câmeras dentro de casa e a monitorava pelo WhatsApp. "Milena reclamava que estava sendo perseguida por Hilário e ele sempre estava onde ela ia. Milena recebeu uma ligação e não conseguiu atender. Ele mandou um áudio dizendo: Eu vou te matar sua filha da p... Você não me atende por quê? Você tá onde?", relata amiga da médica à polícia.

Os depoimentos contra dizem o que Hilário falou à

polícia um dia após o crime, quando afirmou que a separação ocorria de forma amigável e consensual. Ele disse ainda que a separação aconteceu pelo desgaste natural do relacionamento e que estava conformado.

No dia do depoimento, a polícia pediu a Hilário o seu celular, mas ele se disse atordoado e que não sabia onde estava. Prometeu enviar um "print" das mensagens trocadas com Milena, mas não encaminhou o material. O aparelho foi apreendido dias depois pela polícia.

Milena sofria agressões físicas, relata amiga

Em um outro depoimento anexado ao inquérito policial, uma amiga da médica Milena Gottardi, relatou que Hilário Frasson agredia a ex-mulher não só com palavras, mas também fisicamente. Um dos motivos da separação foi devido a filha presenciar as agressões.

"Milena desabafou que a vida não era um mar de rosas, que as fotos contidas no Facebook não eram reais, apesar de serem coloridas. Falou que Hilário a agredia verbalmente e fisicamente e que a força para que ela se separasse era a filha, que já tinha presenciado as agressões", rela-

tou a amiga da médica em depoimento.

Em outro trecho do depoimento a amiga informa que a filha de Milena contou a um colega de escola que "já tinha apanhado muito do pai". A amiga acrescentou ainda que Milena estava se sentindo livre, mas o ex-marido não aceitava a separação e dizia que não iria perder a mulher. Relatou ainda que Milena dizia que Hilário a diminuía como mulher.

Investigação apura sumiço de R\$ 5,8 mil

Outro dado anexado ao inquérito foi a investigação de um suposto furto de R\$ 5,8 mil, ocorrido na assessoria técnica da Polícia Civil, onde o policial civil Hilário Frasson trabalhava. O fato ocorreu no dia 16 de maio, quatro meses antes do crime.

Em depoimento, Hilário

informou que saiu por volta das 14 horas da sala e quando voltou, às 16h, o dinheiro não estava no local. Ele chegou a apontar uma colega de trabalho como a responsável.

No dia, as pessoas que estavam na sala com ele chegaram a revirar as mesas, enquanto Hilário fazia inú-

meras ligações, inclusive para Milena Gottardi, para falar sobre o ocorrido.

A médica chegou a prestar depoimento à Corregedoria da Polícia Civil, onde afirmou que tentou dar apoio e tranquilizar Hilário, porque ele era "correto". Em depoimento, também à Corregedoria, Hilário informou que teria pego R\$ 5 mil com um amigo porque tinha compromissos a cumprir, e os R\$ 800 ele teria retirado de um cofre.

Depoimentos relatam tristeza de Milena no dia do assassinato

A médica desabafou com amigas sobre dificuldades no processo de separação

RAQUEL LOPES
rlopes@redgazeta.com.br

A médica Milena Gottardi estava com um semblante de tristeza no dia em que foi assassinada. A declaração foi prestada por uma médica, em depoimento à Polícia Civil, que foi anexoado ao inquérito.

Ela trabalhava no mesmo ambulatório que Milena, no Hospital das Clínicas (Hucam) e encontrou com ela na manhã do crime. Na ocasião, Milena relatou que estava em processo de separação, mas que enfrentava dificuldades porque o ex-marido, Hilário Frasson, não aceitava o processo.

Milena também relatou à outra médica, na mesma ocasião, que não iria fazer mestrado. Ela

explicou que estava se separando de Hilário e que as filhas de 2 e 9 anos ainda estavam se adaptando a situação, e que ela precisava dedicar a elas o seu tempo livre.

Uma preocupação que também foi constatada em uma carta deixada pela médica, escrita em 5 de abril, com sua assinatura reconhecida em cartório, e deixada com uma pessoa de sua confiança. Assinatura que a perícia da Polícia Civil também confirmou ser dela.

Nela detalha os problemas que enfrentava no casamento e o medo do que poderia acontecer com as suas filhas. "Me sinto uma refém dentro da minha própria casa. Está insuportável. Não quero brigar com ele, mas também não consigo ter uma conversa, um diálogo. Ele não permite isso", diz um trecho da carta.

Deixada, 05 de abril de 2017.

me sinto uma refém dentro da minha própria casa

Milena Gottardi

Trecho de carta deixada por Milena Gottardi

ÚLTIMA CONVERSA

Antes do crime, Hilário conversou duas vezes com a vítima: a primeira pelo WhatsApp e segunda quando Milena ligou para ele para combinar de ele buscar as filhas na escola. Na ocasião, ela relatou que não teria como ir, pois sairia às 19h30 do trabalho.

Enquanto ela trabalhava, o crime estava sendo organizado. O suspeito Dionathas Alves Vieira,

que atirou contra Milena ligou para Valcir da Silva, às 15 horas, para saber se ele iria ao local do crime.

Às 19 horas, como combinado, Hilário buscou as filhas na escola, deu uma voltinha com elas e mandou uma mensagem para Milena, perguntando se ela já havia chegado em casa, pois tinha uma reunião na Maçonaria, às 19h30.

No entanto, 20 minutos depois ele recebeu a mensagem de um médico conhecido da família, falando sobre o crime. Em depoimento, Hilário disse que deixou as filhas com um vizinho e que seguiu para o local do crime, onde chegou por volta das 20 horas. Imagens do dia mostram que ele chegou chorando e desesperado, quando foi informado de que a médica havia sido levada para outro hospital.

DEPOIMENTO

"Milena estava um pouco triste. Perguntei se ela não estaria interessada em fazer o mestrado, mas ela disse que não teria tempo disponível!"

X. Amiga de Milena

AS ÚLTIMAS HORAS ANTES DO CRIME

O cruzamento das informações constantes nos depoimentos dos acusados pelo crime da médica Milena Gottardi, presentes no inquérito policial, mostra como foram as últimas horas dos envolvidos pouco antes do assassinato.



CASO MILENA GOTTARDI

Defesa do policial vai ter acesso a inquérito

O juiz Marcos Pereira Sanches, da 1ª Vara Criminal de Vitória, decidiu autorizar o acesso a mais dados do inquérito pela defesa do marido da médica assassinada Milena Gottardi, o policial civil Hilário Antônio Fiorot Frasson, 44, apontado junto com o pai dele, Esperidião Frasson, 71, como mandantes do crime. A decisão foi divulgada ontem.

Nos autos, o magistrado considerou que a medida é uma forma de "(...) estabelecer o equilíbrio e harmonia entre o exercício da ampla defesa e a eficácia das investigações", diz a decisão.

Para a determinação, Sanches fez uma ressalva de que para a prisão temporária do investigado foi utilizado na fundamentação o registro telefônico de Hilário Frasson, que momentos antes do crime, teria feito uma ligação para a médica (para certificar-se da presença dela no local) e, imediatamente, depois, ligou para o pai, que, por sua vez, entrou em contato com um dos intermediários, que acionou o executor (Dionathas Alves Vieira, segundo a polícia).

A defesa de Hilário informou que ainda desconhece o conteúdo do que terá acesso, após a decisão.

"Amanhã (hoje) iremos à delegacia para saber o que teremos acesso. Ainda não foi especificado", disse a advogada Luiza Nunes Lima, que trabalha junto com Homero Mafra na defesa do policial.

Ontem à tarde, a Polícia Civil confirmou que a carta na qual Milena descreve ameaças foi mesmo escrita pela médica, conforme foi divulgado por **A Tribuna** no dia 22 de setembro. O caso segue sob investigação e outras informações serão divulgadas ao final do prazo para conclusão do inquérito, no próximo dia 16, podendo ser prorrogado para mais 30 dias.



HILÁRIO FRASSON acusado de matar a mulher é conduzido por policial

Milena Gottardi sofria agressões físicas, relata amiga

“Falou que Hilário a agredia verbalmente e fisicamente e que a força para que ela se separasse era a filha, que já tinha presenciado as agressões”, relatou a amiga da médica em depoimento

Em um outro depoimento anexado ao inquérito policial, uma amiga da médica Milena Gottardi, relatou que Hilário Frasson agredia a ex-mulher não só com palavras, mas também fisicamente. Um dos motivos da separação foi devido a filha presenciar as agressões.

“Milena desabafou que a vida não era um mar de rosas, que as fotos contidas no Facebook não eram reais, apesar de serem coloridas. Falou que Hilário a agredia verbalmente e fisicamente e que a força para que ela se separasse era a filha, que já tinha presenciado as agressões”, relatou a amiga da médica em depoimento.

Em outro trecho do depoimento a amiga informa que a filha de Milena contou a um colega de escola que “já tinha apanhado muito do pai”. A amiga acrescentou ainda que Milena estava se sentindo livre, mas o ex-marido não aceitava a separação e dizia que não iria perder a mulher. Relatou ainda que Milena dizia que Hilário a diminuía como mulher.

Investigação apura sumiço de R\$ 5,8 mil

Outro dado anexado ao inquérito foi a investigação de um suposto furto de R\$ 5,8 mil, ocorrido na assessoria técnica da Polícia Civil, onde o policial civil Hilário Frasson trabalhava. O fato ocorreu no dia 16 de maio, quatro meses antes do crime.

Em depoimento, Hilário informou que saiu por volta das 14 horas da sala e quando voltou, às 16h, o dinheiro não estava no local. Ele chegou a apontar uma colega de trabalho como a responsável.

No dia, as pessoas que estavam na sala com ele chegaram a revirar as mesas, enquanto Hilário fazia inúmeras ligações, inclusive para Milena Gottardi, para falar sobre o ocorrido.

A médica chegou a prestar depoimento à Corregedoria da Polícia Civil, onde afirmou que tentou dar apoio e tranquilizar Hilário, porque ele era “correto”. Em depoimento, também à Corregedoria, Hilário informou que teria pego R\$ 5 mil com um amigo porque tinha compromissos a cumprir, e os R\$ 800 ele teria retirado de um cofre.

Polícia confirma que carta registrada em cartório é da médica Milena Gottardi

Médica, assassinada no último dia 14, registrou o documento em cartório, no dia 5 de abril deste ano

A polícia confirmou, nesta segunda-feira (02), que a carta registrada no cartório, no último dia 5 de abril, foi realmente escrita e assinada pela médica Milena Gottardi Tonini Frasson, morta a tiros no dia 14 do mês passado. A confirmação se deu após a conclusão do laudo grafotécnico, expedido pelo departamento de criminalística da Polícia Civil.

Para obter os resultados, o departamento fez o confronto dos padrões da carta com as fichas assinadas pela vítima no cartório, onde realizou o registro do documento, no mesmo dia em que ele foi escrito - e, também, com as anotações escritas em um caderno que foi apresentado pela família da médica.

De acordo com a Polícia Civil, o assassinato da médica segue sob investigação e outras informações serão divulgados quando o inquérito for concluído. O prazo para sua conclusão é de 30 dias, contados a partir da prisão de Dionathas Alves Vieira, apontado como o executor do crime, podendo ser prorrogado por mais 30.

A carta

Na carta, Milena Gottardi contou que sofria ameaças do ex-marido, o policial civil Hilário Frasson, suspeito de ser um dos mandantes do assassinato. No documento, ela explicou que se sentia refém dentro da própria casa e que a relação deles sempre foi de posse.

“Me sinto uma refém dentro da minha própria casa. Está insuportável! Não quero brigar com ele, mas também não consigo ter uma conversa, um diálogo. Ele não permite isso”, destacou. Ela também disse que “ele sempre demonstrou muita obsessão a minha pessoa, mesmo antes do namoro”.

A médica também afirma que temia pela vida das duas filhas, uma de nove anos e outra de um ano e dez meses. Além disso, ela já pensava na possibilidade de ser morta. “Tenho medo que essa agressividade verbal se concretize em atitudes. Temo em ele tirar sua própria vida e como vemos em muitos casos tirar a minha vida também. Poderia ir na delegacia e relatar meus temores, mas não quero prejudicá-lo. Desejo muito que a situação seja resolvida pacificamente”, explicou na carta.

Milena também expressou o desejo de que, se acontecesse algo com ela, as filhas ficassem com o irmão e a mãe dela. “(...) se Hilário Antônio Fiorot Frasson me matar e pode ser que tente se matar também, eu desejo que as minhas filhas (...) fiquem sob guarda do meu irmão Douglas Gottardi Tonini com a supervisão da minha mãe Zilca Maria Gottardi Tonini porque assim ficarei em paz. Sei que eles tem plena condições de seguir com os ensinamentos e afeto para com as minhas filhas da forma que eu mesma faria”, afirmou a médica.

Laudo aponta que carta registrada em cartório foi escrita por Milena

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/10/laudo-aponta-que-carta-registrada-em-cartorio-foi-escrita-por-milena-1014102142.html

Exame confirma registro de carta em cartório por médica

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/10/150703692333546965.html>

Oficial da PM responde a inquérito

MADALEIA FERNANDES - 04/10/2017

TENENTE-CORONEL
Rogério Fernandes Lima é acusado de incitar a greve da PM. Ele se diz surpreso com acusação



O presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais (Assomes), tenente-coronel Rogério Fernandes Lima, se diz surpreso ao saber que um Inquérito Policial Militar foi instaurado contra ele pela Corregedoria da PM.

Acusado de incitação à greve da categoria, ocorrida em fevereiro deste ano, e de fazer críticas ao comando através de publicações em suas redes sociais e artigos publicados na imprensa, o oficial prestou depoimento na Corregedoria da corporação, na última sexta-feira, dia 29.

“Jamais tivemos a intenção de ofender ou desmerecer o comandante, ao qual tenho estima e consideração, além de respeitar suas determinações”, frisou.

Se dizendo surpreso com a abertura do inquérito do qual afirmou só ter tido conhecimento no dia em que prestou depoimento, o militar disse que os advogados da associação estão estudando o caso, para verificar se não há um desvio de finalidade ou algum excesso por parte do comando.

A PM informou, por nota, que os IPMs são instaurados para in-

vestigar fatos. Ao final das apurações os inquéritos são encaminhados à Justiça e após análise do Ministério Público pode ser iniciado ou não um processo criminal.

O oficial, por sua vez foi taxativo e afirmou que não irá mudar suas convicções. “Vou sempre me pautar dentro da legalidade, da hierarquia e disciplina, mas não deixarei de defender os direitos dos policiais militares”, afirmou.

O inquérito, instaurado no dia 30 de agosto tem o prazo de 40 dias para ser concluído, podendo ser prorrogado por mais 20 dias.

GIRO POLÍTICO

SUSPEITA DE PROPINA

Padrinho de eleito em Fundão é investigado

Anderson Pedroni fez campanha e vai ter influência na gestão de Pretinho Nunes

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

A Polícia Civil continua investigando o ex-prefeito interino de Fundão, Anderson Pedroni (PSD), por suspeita de pagamento de propina a vereadores. De acordo com fontes com acesso ao inquérito, que ainda está aberto, "provas contundentes" de irregularidades foram encontradas.

Pedroni apoiou o novo prefeito da cidade, Pretinho Nunes (PDT) – eleito no úl-

timo domingo –, na campanha e terá influência na gestão, de acordo com o próprio pedetista. Além disso, Pretinho tem como vice a esposa do ex-prefeito, Alexandra Pedroni (PSD).

Em fevereiro, Pedroni chegou a ser preso, mas foi liberado no dia seguinte. Todos os vereadores da Câmara tiveram que prestar depoimento à polícia. A suspeita: pagamento de propina por parte de Pedroni a eles para que fosse aprovado um texto que daria ao ex-interino a possibilidade de ter as contas de 2011 julgadas novamente pelos parlamentares.



Pretinho Nunes e Anderson Pedroni na campanha

REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Em 2011, ele foi o prefeito interino por duas vezes, num período de cerca de cinco meses. Ato praticado pela prefeitura naquele ano renderam a rejeição das contas dele, referentes àquele ano. Essa rejeição motivou o indeferimento da candidatura em 2016.

A ideia foi apresentada em janeiro, por um correligionário. Pretendia abrir novo prazo para defesa, alegando que foi cerceado no julgamento, ocorrido em 2015. Os vereadores chegaram a aprovar a proposta, mas a Justiça suspendeu a decisão, argumentando que o plenário

não poderia suspender o ato da legislatura anterior.

Então, mesmo sendo o mais votado, Pedroni acabou barrado pela Justiça Eleitoral, o que fez com que nova eleição fosse marcada para domingo.

Procurada, a Polícia Civil não deu mais detalhes sobre o caso. Em nota, o Ministério Público do Estado (MPES) informou que "analisará os fatos" assim que as investigações forem concluídas.

O advogado de Anderson Pedroni, Felipe Osório, afirmou que se passaram meses desde a operação e que "não encontraram nada".

IMÓVEL NA PRAIA DO CANTO

Herdeiros pagam dívida, e leilão de mansão é cancelado

Débito de R\$ 2.123, que quase levou casa a ser vendida, foi pago pela família do antigo dono

de RAFAEL SILVA

O leilão de uma tradicional mansão na Praia do Canto, onde funcionava a sede da Blokos Engenharia, foi cancelado na última quinta-feira, um dia antes da data do certame. A família do antigo proprietário pagou a dívida de R\$ 2.123, que levou o imóvel a ser quase vendi-

do. A casa pertenceu a Pedro Alcântara, antigo dono da construtora, que faleceu em 2016, aos 68 anos. O bem estava avaliado em R\$ 5 milhões e o lance mínimo para potenciais compradores era de R\$ 2,5 milhões.

A dívida considerada foi de R\$ 2.123,95, contraída junto à Anatel. Como o valor era relativamente baixo, havia a tendência de que a família do empresário quitasse o débito. No entanto, como os representantes da



Imóvel de 1.118 m² fica na Avenida Saturnino de Brito

Blokos demoraram para procurar a Justiça, o imóvel começou a atrair a especulação de investidores.

A empresa ainda responde por uma série de dívidas em processos de natureza trabalhista e fiscal. Em sentença da 4ª Vara Federal Cível foi determinado a indisponibilidade de R\$ 1,654 milhão em bens da Blokos Engenharia.

A mansão fica na Avenida Saturnino de Brito. A residência tem dois andares,

cinco quartos, duas varandas, duas salas, hall principal, sala íntima, atelier, lavanderia, lavabo, três banheiros, vestiário, cozinha, área de serviço, garagem, jardim e piscina. A área total é de 1.118,85 m².

A Blokos Engenharia chegou a ser uma das maiores construtoras no Estado durante o boom da construção civil no final da década de 2000. Mas desde 2014, a empresa está em recuperação judicial.

Justiça capixaba nega pedido de morador para retirada de poste de energia do seu terreno

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?menuSistema=mn331&entity.id=357638>

Passageiro cospe no rosto de motorista e é condenado a pagar R\$ 4 mil

A decisão foi dada por unanimidade de votos

Um funcionário portuário foi condenado a pagar R\$ 4 mil de indenização por cuspir, além de insultar, um motorista de ônibus. A decisão foi dada por unanimidade de votos.

O motorista alegou que dirigia o veículo que transportava os funcionários de um porto, quando o réu pediu para que o ônibus parasse em uma padaria. Após a negativa, o homem proferiu palavras racistas e afirmou ao motorista que o seu lugar era em uma senzala. Ao descer do ônibus, o funcionário ainda teria cuspidido no rosto do motorista.

Em primeira instância, o magistrado julgou procedente o pedido do motorista, alegando que, embora não tenham sido devidamente comprovadas as ofensas racistas praticadas, foi comprovado, por meio do depoimento de testemunhas, que o homem cuspiu no rosto do motorista.

Em segunda instância, a relatora do processo, Desembargadora Eliana Junqueira Munhos Ferreira, destacou que “o fato extrapola a ideia de mero aborrecimento e caracteriza inequívoco dano moral indenizável”. Com isso, a juíza da 3ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões de Cariacica entendeu que o valor de R\$ 4 mil era proporcional e razoável, mantendo a decisão.

Mais de 120 crianças estão habitas para adoção no ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/10/15070368622018724592.html>

ES Solidário incentiva doações e a adoção de jovens e crianças

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/10/1507036744723501171.html>

ES Solidário recebe doação para ajudar crianças

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/10/1506977583507146106.html>

Acusado de matar frentista já responde por porte ilegal de arma

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/10/150703458292714917.html>